

Fantasia e didatismos na obra infantil de Fernanda de Castro: entre a monologia e a dissidência

RESUMO

Ao mesmo tempo que a literatura infantil de Fernanda de Castro (1900-1994) acusa alguma monologia em relação à ideologia do Estado Novo português (1933-1974), introduz também temas inovadores e singulares à época, como sejam a ecologia e o direito dos animais. Preocupada com a exemplaridade das suas personagens, a autora desenha-as de acordo com um modelo educativo, predominantemente feminino, feito de obediência e disciplina, e desvinculado de preocupações com assuntos como a morte. Neste artigo analisam-se os reflexos da preocupação didática na matéria diegética, o exercício de autocensura exercido tanto nas narrativas realistas como nas de natureza fantasista e, como sugere Hamida Bosmajian (1974), os obstáculos que esta censura pode criar ao pensamento. Por outras palavras, pretendem-se equacionar os limites colocados na representação do que se supõe ser o imaginário infantil, perceber quais os temas mais visados e compreender se as respostas encontradas estão de acordo com opções individuais e/ou ideológicas. Com base na leitura da obra infantil da autora, na sua relação com as suas memórias e com textos e legislação sobre educação, serão selecionados os fragmentos mais elucidativos do modo como fantasia e didatismo dialogam, conflituam ou dissentem relativamente à doxa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil. Ideologia. Fernanda de Castro. Ecologia. Mal.

Ana Maria e Silva Machado
anamariamachado59@gmail.com
Universidade de Coimbra, Faculdade de
Letras, Coimbra, Portugal.

INTRODUÇÃO

A dedicação de Fernanda de Castro¹ (1900-1994) à infância está consagrada tanto no renome da sua atividade literária, que lhe granjeou o Grande Prémio Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças (1990)², como na fundação da inovadora Associação Nacional dos Parques Infantis (1933), onde a preocupação com a felicidade das crianças se reflete em mudanças tão significativas como o colorido dos bibes³, uma medida similar à que, mais tarde Bissaya Barreto (1886 - 1974), um influente político do Estado Novo (1926-1974), desenvolverá em Coimbra. Ainda que ao labor cultural e ao reconhecimento da atividade literária de Fernanda de Castro não tenham sido alheias a condição de mulher de António Ferro (1895 - 1956), Diretor do Secretariado de Propaganda Nacional e posteriormente do SNI (Secretariado Nacional de Informação), e de pessoa afeta ao regime salazarista, a sua notoriedade é legitimamente merecida pelo ativismo multifacetado tanto no domínio das artes e da cultura⁴, como no da assistência social.

Repartida entre quatro novelas, um livro de contos⁵ e um de teatro (1932), escritos entre 1924 e 1969, a sua obra infantil constitui um precioso guia da vida quotidiana de um grupo social relativamente abastado antes e durante o Estado Novo. Maioritariamente ancorada num certo realismo “doméstico” e nas vivências da autora, pontualmente abre também espaço para uma fantasia inspirada nos contos maravilhosos.

De comum, esta literatura infantil testemunha um modelo educativo essencialmente feminino, em sintonia com o género das protagonistas, revelado em títulos dos textos realistas como *Mariazinha em África* (1925)⁶, a sua seqüela europeia, *Aventuras de Mariazinha* (1935)⁷, e na narrativa fantasista *A Princesa dos Sete Castelos* (1932). Veículo dos valores da cultura dominante, a obra infantil de Fernanda de Castro mantém uma coerência ética que, nalgumas vertentes, transcende a ideologia estadonovista, chegando mesmo a defender causas ecológicas pouco comuns à época.

Neste estudo, proponho-me percorrer algumas obras da autora e nelas ilustrar as consequências da preocupação didática na matéria diegética, o tipo de autocensura e de seleção que ela pode exercer tanto nas narrativas realistas como nas de natureza fantasista, bem como os obstáculos que esta censura pode criar ao pensamento, como sugere Hamida Bosmajian (1974). Por outras palavras, pretendo equacionar os limites colocados à representação do que se supõe ser o imaginário infantil, perceber quais os temas mais visados neste domínio e compreender se as respostas encontradas estão de acordo com opções individuais e/ou ideológicas. Deste modo, começo por abordar a dimensão exemplar da diegese, seguindo-se um caso de conversão literária de matriz ideológica, a censura de temas putativamente sensíveis, a novidade do sentido ecológico para terminar com um exemplo de tácita pressão moral e religiosa sobre a fantasia.

Com base numa distinção entre realismo e fantasia, assente nas entidades que povoam o universo diegético, na relação com as leis da física e, eventualmente, com as normas morais e éticas – ainda que estas não tenham necessariamente de ser suspensas no mundo de fantasia –, na obra infantil de Fernanda de Castro discerne-se um predomínio da representação do universo em que a autora se moveu, enquanto criança ou já na fase adulta. A conjugação da ficção da autora – no que concerne a exuberância do espaço físico africano, a

tipologia das personagens, a reescrita de histórias ou a coincidência de ambientes sociofamiliares –, com a leitura dos dois volumes de memórias, que publicou nos anos 80⁸, permitem perceber, nalguns casos mais flagrantes, o tipo de recorte produzido sobre a realidade e a transfiguração ou o silenciamento das suas vivências pessoais.

1. A EXEMPLARIDADE PEDAGÓGICA

As duas primeiras novelas infantis, *Mariazinha em África* e *Aventuras de Mariazinha*, decorrem num ambiente estritamente familiar e têm uma dimensão autobiográfica desocultada pelo nome que identifica a protagonista, o diminutivo usado por Fernanda de Castro, conforme confessa nas suas *Memórias*. Na exploração da relação entre os adultos e as crianças, ambas as narrativas funcionam como novelas de educação. Representando um ideal de harmonia e de ajuda mútua, apresentam um modelo de desembaraço, responsabilidade, argúcia e iniciativa que favorecem a exemplaridade da protagonista feminina, a estimular o mimetismo comportamental. Este paradigma será depois retomado no desenho das *dramatis personae* de “As borboletas e o Bicho-da-Seda” e da “Recompensa”, duas das peças de teatro infantil que, em 1932, dá à estampa no volume *O Tesouro da Casa Amarela*. A defesa da igualdade e o combate à vaidade e ao espírito classista são igualmente abordados nestas obras e retomados posteriormente em clave fantasista, traduzindo assim as preocupações humanistas da autora.

Neste sentido, o trabalho infantil, então naturalizado, suscita na protagonista de *Novas aventuras de Mariazinha* uma reivindicação de igualdade em relação aos filhos do caseiro que vendem os produtos que cultivam. Embora o foco seja o exemplo de colaboração inter-familiar, a formulação aproxima, tacitamente e *mutatis mutandis*, os dois contextos: o de sobrevivência dos caseiros e o de “dificuldades” dos pais de Mariazinha, sendo o primeiro legitimador do segundo e posicionando-se ambos no mesmo patamar. Apercebendo-se de que os pais “estão velhos, coitados, com mais de trinta anos” e com dificuldades financeiras e necessidade de “fazer certos sacrifícios”, Mariazinha propõe que também ela e seus irmãos trabalhem: “Não temos pernas e braços, somos mais parvos que eles [os filhos do caseiro]?” (Castro, 2007, p. 131); e, mais à frente, numa defesa da dignidade e da ética do trabalho própria da época: “– Temos obrigação de provar ao pai e à mãe que não somos nenhuns ingratos, nenhuns egoístas. Até aqui trabalharam eles para nós; de hoje em diante, trabalhamos nós para eles.” (Castro, 2007, p. 132). A ética do trabalho e a dignificação do esforço é transversal às obras infantis de Fernanda de Castro, surgindo em peças como “As Borboletas e o Bicho-da-Seda”, ou no texto dramático que dá título ao livro, onde se encena a preguiça em relação ao estudo (*O Tesouro da Casa Amarela*, 1932), ou ainda em contos como “A Semente do Oiro”, ou a “Pétala de Rosa” (*A ilha dos papagaios e outras histórias*, 1983). Na primeira metade do século XX, a necessidade de formar adultos responsáveis afigura-se determinante desta ênfase e desloca o que, aos olhos atuais, é a natural e, em matéria de literatura infantil, quase endógena associação do trabalho ao mundo dos adultos e do lúdico ao universo infantil.

Deste modo, na literatura infantil de Fernanda de Castro, as ideias de ética do trabalho, do esforço e do sacrifício, o apelo à humildade e o culto da família, facilmente integráveis nos lemas do Estado Novo, precedem-no enquanto

sintomas de uma época de grande instabilidade e perpetuam-se com a dogmática salazarista. Note-se, porém, que alguma da aparente simplicidade advogada na obra se poderá revestir justamente de uma afetação de contornos elitistas, podendo eventualmente comprometer a fidelidade da autora ao modelo pedagógico que difunde. Com efeito, numa das citações de Fernanda de Castro reunidas no sítio da Fundação António Quadros, lê-se: “para uma senhora da melhor sociedade era de bom tom ter poucos vestidos. Mulher que andasse a variar, ou era nova-rica ou ‘senhora alegre’, como se dizia”.

2. O OLHAR SOBRE ÁFRICA

Estes indisfarçáveis intuítos pedagógicos, hoje suscetíveis de condicionar negativamente a leitura, são, porém, relativamente contrabalançados pelo domínio do ritmo narrativo, ditado pela sucessão de aventuras e de perigos com que as personagens se confrontam, pelo estilo cuidado e pela aura de ternura que envolve o mundo representado. A enorme recetividade destas obras pode atestar-se tanto pelo número de edições das novelas⁹, pelas recomendações que, ainda entre os anos 60 e inícios dos anos 80, constavam do Rol de livros da Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁰ e pela imagem deixada na sua geração¹¹, hoje também perpetuada tanto pela Fundação António Quadros e como pelo blogue sobre a escritora, criado pelo neto António Quadros Ferro¹².

No caso de *Mariazinha em África*, o bom acolhimento da novela poderá também relacionar-se com a novidade do exotismo do espaço africano ali representado. À época, era tal o desconhecimento sobre o então Ultramar que, em 1926, a Agência Geral das Colónias criou um prémio como forma de estimular a produção daquilo que nos anos 50 viria a ser conhecido por literatura ultramarina. Além disso, o livro cumpria uma outra função didático-moralizadora e, pese embora a atitude paternalista e o preconceito civilizador com que as personagens da família se relacionam com os nativos, não pode negar-se a preocupação de contrariar alguns estereótipos, como o do medo que os indígenas podiam inspirar¹³ ou, através do olhar inocente de Mariazinha, os seus duvidosos hábitos de higiene¹⁴. Leopoldo Amado (1990) e Margarida Beirão (2018) são alguns dos autores que chamaram a atenção para a atenuação da visão colonialista e subalterna do negro e para o subsequente abrandamento dos preconceitos com que ele era olhado na edição de *Mariazinha em África* revista em 1940. Margarida Beirão identifica nestas mudanças uma consequência do espírito que espelhavam alguns postulados do Ato Colonial de 1930 (posteriormente integrado na Constituição de 1933), *e.g.*, uma relação com os indígenas pautada pela humanidade e pela defesa dos seus direitos¹⁵.

2.1 A AUTOCENSURA

O confronto de *Mariazinha em África* com as memórias da autora ilumina uma outra dimensão da sensibilidade que norteou a composição artística e a forma como censurou momentos da sua vida, potencialmente traumatizantes para a personalidade infantil. Esta opção é muito clara quando se lê o relato pungente da morte da mãe em *Ao fim da memória* (Castro, 2007, I, p. 87-91). A mais de 70 anos de distância, o momento assinala o findar da sua infância: tendo viajado para a Guiné com a mãe e o irmão de dois anos, no intuito de acompanharem o pai,

destacado como capitão-de-porto e chefe dos Serviços Marítimos de Bolama, Fernanda de Castro é surpreendida pela morte da mãe, vítima de um surto de febre-amarela. Cumprindo os conselhos e as exigências que o contexto familiar lhe impunha, com doze anos, regressa a Portugal com o irmão a seu cuidado. Na novela, este episódio é banido, a iminência de uma epidemia é integrada na sequência de aventuras que vivenciou e o regresso a Portugal faz-se sem percalços e no conforto tranquilizador da companhia materna. De comum, apenas a sensação de perigo que apressou o regresso da família e o conseqüente temor da quarentena. Assim, vista a tendência para proteger a criança que, tradicionalmente, a literatura infantil revela, do mundo ficcional de Mariazinha eram expurgados os desfechos que podiam comprometer a confiança e a serenidade da infância. Nem os balanços do barco, que tornaram a viagem mais penosa, foram admitidos na série de contrariedades, sempre de final feliz, que pontuavam as suas histórias.

A autocensura que aqui se exerce limita necessariamente o pensamento e a imaginação. O silenciamento da morte impede a cogitação sobre o tema, inviabilizando, como observa Barbara Harrison (1987), ulteriores perguntas sobre medo, a reação à mudança, etc.. Com efeito, a “hipótese benigna de mundo” (Hunt, 1994, p. 186) que a escritora desenvolve não é compatível com a representação da morte e da orfandade. Porém, contrariamente à ideia de Peter Hunt, para quem esta hipótese ficcional assenta na ideia de que o mundo, apesar de todos os males (crueldade, cobiça, materialismo, sofrimento, injustiça), é um bom lugar para se estar e de que há uma ordem moral que podemos transgredir por nossa conta e risco, as histórias de Fernanda de Castro tendem a vigiar e a silenciar esses males, tanto no campo do “realismo doméstico” como no da absoluta fantasia onde o maniqueísmo tende para o simplismo, quando não para o ecletismo. Que se tratava de uma propensão dominante, confirmam-no os termos do elogio ao conto de fadas *A princesa dos sete castelos*, de 1963, que se lê numa ficha da biblioteca Gulbenkian registada em 1962:

Com um tema antigo e batido, o dos reis que se esquecem de convidar para o baptizado <sic> da princesinha, escreveu Fernanda de Castro uma história nova, cheia de vivacidade e de peripécias engraçadas e sabendo omitir tudo quanto possa amedrontar as crianças. É uma história perfeitamente dentro dos moldes que aqui têm sido preconizados. (sublinhado meu).

É possível que esta referência implícita a um modelo esteja em sintonia com as *Instruções sobre literatura infantil* promulgadas, em 1950, pela Direção dos Serviços de Censura, responsáveis pela vigilância ética, estética, psicológica, e também com a singeleza do *layout* das obras publicadas que deviam “evitar a excitação imoderada das crianças e dos jovens, furtando-os aos escritos impregnados de inveja pelos gozos de que porventura desfrutem os mais favorecidos pela fortuna, ou incitadores de lutas sociais” (*apud* Bastos, 2002, p. 86).

1.2 ENTRE A ECOLOGIA E O LOUVOR IDENTITÁRIO

Em *Fim-de-semana na Gorongosa*, de 1969, mantém-se a necessidade e a crença numa ordem ou na sua reposição, mas, com o mistério que a personagem

Ana ajuda a resolver pondo termo à morte de animais selvagens com fins lucrativos, Fernanda de Castro introduz um tema que, defluindo de preocupações pessoais, não deixa de ser inesperado, visto o contexto político da autora. De facto, nesta narrativa, também ela transposição de vivências suas, e aqui representadas por outras crianças (com idades inferiores a 14 anos), embora se mantenha o padrão da menina desembaraçada e imaginativa, a liderar e a encontrar soluções para os enigmas com que se depara, acentua-se por outro lado o amor à natureza e uma tendência ecológica ainda pouco comum em Portugal, ambos já manifestados em textos anteriores, mas aqui reforçados numa explicitação clara – e surpreendente na época, repito – da contestação do uso de peles animais. Do conjunto da literatura infantil de Fernanda de Castro, esta parece ser a obra menos marcada pela exemplaridade modelar de situações e de personagens e pelo discurso didático-moralizador. Antes cede passo à igualmente forte propensão da autora para o romance iniciático e de aventuras, também ele fonte de aprendizagem e de desenvolvimento da personalidade.

Apesar da novidade ecológica, os pressupostos didático-moralizadores que informam estas obras estão maioritariamente em sintonia com o Estado Novo¹⁶. De facto, ainda que Fernanda de Castro não tenha enveredado pela literatura de pendor histórico e patriótico, a sua brevíssima peça “O Estrangeiro e o Portuguesinho” (1932) reproduz a exaltação mitificada do passado e o culto do orgulho nacional, ao mesmo tempo que, conforme observa Teresa Cortês (2013), educa para a cidadania, produzindo uma “domesticação identitária”, em termos análogos aos que o Secretariado de Propaganda Nacional viria a postular para os prémios de literatura infantil instituídos a partir de 1935¹⁷. De resto, muito curiosamente, em matéria de propaganda ideológica, Fernanda de Castro parece também ter antecipado a História com a publicação, em 1925, de *Mariazinha em África*, antes, portanto do incentivo à escrita sobre assuntos coloniais promovido por aquele Secretariado.

3. SOBRE O MANTO DA FANTASIA

Como corolário da monologia ideológica ditada superiormente, imaginação e fantasia eram reprimidas sob pena de perturbarem o seu desenvolvimento da personalidade infantil e de fomentarem “desvios de sensibilidade e deformações mentais de consequências por vezes muito graves”, como refere a revista *Escola Portuguesa* (março de 1936), convocada por Ana Martins (2007, p. 22).

Mesmo sob este labéu, Fernanda de Castro não enjeita a fantasia e, depois de um tímido ensaio com a história do rei trovão contada pela criada Guilhermina, em *Novas aventuras de Mariazinha* (Castro, 2007, p. 154-155)¹⁸, em *A princesa dos sete castelos* (1963) desenvolve, em clave fantasista, uma história de rivalidades entre reinos. Pelo hibridismo com que o faz, importa perceber a verdadeira natureza desta história de fadas e se estas entidades não configuram apenas o integumento maravilhoso a disfarçar lições mais prosaicas, como sejam, de novo, modelos de comportamento, regras de civilidade e reposições da ordem¹⁹.

De óbvia inspiração no modelo do conto maravilhoso, a narrativa é povoada por fadas, bruxas, objetos mágicos, príncipes, reis e animais, numa confluência de mundos natural e sobrenatural. No entanto, a introdução de um Deus adjuvante, ao mesmo nível que as fadas, cria um sincretismo artificial e compromete a

verosimilhança discursiva das personagens que vivem num mundo simultaneamente governado por fadas, bruxas e... Deus! É certo que os pedidos de auxílio divino são atribuídos às vítimas do Rei Trovão e da Rainha das Bruxas, ou seja, aos bons da história, mas a solução para o rapto da princesa Rosabela, filha dos Reis dos Sete Castelos, e para a guerra depende exclusivamente da Fada Sol, responsável pelo rapto de Floridor, sendo Deus relegado à condição de figura transcendente apenas invocada, mas não interveniente. No entanto, as preces ao divino supõem um ato de fé que resulta tanto mais sincrético quanto chega a aparecer misturado com poções mágicas: “Rosabela, por artes mágicas a gota de água transformou-se em chuva, a chuva apagou o fogo, mas agora os celeiros estão vazios e o povo tem fome. Que Deus te ajude e te dê coragem” (Castro, 2007, p. 80). Nos contextos em que surgem, estas e outras menções ao divino não parecem ser expressões esvaziadas de significado²⁰. Muito pelo contrário, o acenar do universo de crenças da autora aparenta ser mais um marco didático a reconduzir o mundo da imaginação ao do real doméstico e aos seus valores, como seja o axioma de esperança proclamado pelos pais de Rosabela: “Em breve estaremos de novo reunidos no palácio real. Deus não abandona os bons.” (Castro, 2007, p. 80).

Salvaguardada a fé no deus cristão, uma mesma preocupação educativa das crianças impele a autora a alertar para os malefícios da guerra, desvinculando as fadas, entidades boas por excelência, de quaisquer responsabilidades no conflito: “as fadas são contra as guerras” (Castro, 2007, p. 26), dirá o Rei Trovão quando pensa consultá-las para definir uma estratégia. Porém, o desenlace da intriga acaba por subverter esse postulado ou, numa consequência provavelmente não desejada, por admitir que, em nome da educação do príncipe, todos os meios são defensáveis. De facto, o final desfaz o mistério que rodeava o desaparecimento do príncipe Floridor, filho do Rei Trovão, com a confissão da Fada Sol que, movida por intuítos pedagógicos, descuroou a fome, peste, guerra e sofrimento que causou nos reinos litigantes:

Não foi o Rei dos Sete Castelos que raptou Floridor, fui eu! Floridor era filho único, estava a ser educado de maneira deplorável, com tanto mimo que começava a ser insuportável, caprichoso, malcriado, cruel para os mais fracos.... Então tive pena (...) dele (...) e um dia em que o encontrei no jardim a espicaçar um pobre pássaro ferido, levei-o, entreguei-o a uma gente boa da minha confiança, e agora aqui o têm, belo, forte, bom, o príncipe mais perfeito dos reinos mais próximos! (Castro, 2007, p. 88)

A violência deste modelo educativo hiper-disciplinado surge como uma solução tanto mais *gauche*, quanto, durante os 14 anos em que Floridor viveu afastado dos pais, o príncipe não experimentou outras privações. A surpresa de um desenlace que nenhum indício fazia prever afigura-se sintomática das preocupações pedagógicas da autora, por um lado, e dos riscos da conciliação do inconciliável, por outro: didatismo, fadas, religião, virtudes e guerra produzem no conto uma torção da verosimilhança que poderá explicar-se por se tratar de um ensaio fantasista constrangido por um paradigma didático, ideológico, moralizador e religioso. Como balanço de *A princesa dos sete castelos*, e subjacente aos métodos de radicalismo crescente experimentados nalgumas das suas personagens, sobressaem os defendidos benefícios pedagógicos do afastamento da família (?!), da austeridade, da repressão e do castigo. Uma tal ilação, vinculada ao contexto específico da fantasia, não é compaginável com a exemplaridade

ilustrada nas obras antes revisitadas; pelo contrário, *A princesa dos sete castelos* comprova as limitações e prejuízos estéticos dos esforços de neutralização do mal²¹ e como a revisão sinuosa do conceito de bem justifica neste caso o radicalismo e violência dos meios.

Mesmo considerando o protocolo próprio da literatura infantil, as reservas que desafiam a verosimilhança fazem-no em nome de uma mundividência epocal em conflito de coerência com as soluções ficcionais encontradas. Avaliando o relativo sucesso desta obra pelas quatro edições publicadas entre 1963 e 1974²², cabe perguntar, na senda de C. S. Lewis (1966, p. 24) e de tantos outros, se poderemos estabelecer “como cânone, que uma história para crianças, que só é apreciada por elas, é uma má história para crianças” - decorrendo esta hipótese de uma profissão de fé nos benefícios da leitura literária, ou seja, da admissão de que a leitura de bons livros infantis cria bons e criteriosos hábitos de leitura. Porém, se subsiste alguma dificuldade em aceitar que um livro menos bom para um adulto possa ser um bom livro para crianças, ou seja, um livro de que a criança goste, está fora de dúvida que um bom livro é um degrau para subir a patamares mais elevados. Mesmo assim, um juízo libertado de preconceito é forçado a reconhecer o inequívoco gozo que obras não canônicas puderam exercer junto do público infantil, ainda que ao arrepio da coerência, da verosimilhança e da desejável qualidade literária exigida pelo adulto.

A propensão didático-moralizadora, a suposta neutralização do mal e, em *A princesa dos sete castelos*, a torção do bem não são exclusivas do passado. Na versão do politicamente correto ou da *cancelled culture*, estas tendências perpetuam-se na segunda década do século XXI, apesar de vozes distintas já antes pugnares por vias mais abertas e defensoras de uma maior liberdade de expressão no universo infantil.

CONCLUSÃO

Além da estetização dos valores do (pré-)Estado Novo, de uma mentalidade conservadora que fazem a apologia da obediência, da entreatura, do trabalho, do sacrifício, da missão civilizadora do colonizador e da capacidade de adaptação às orientações políticas, a literatura infantil de Fernanda de Castro, aqui revisitada, revela uma singular consciência ecológica, mas, por outro lado, uma autocensura, consentânea com o que viriam a ser as futuras *Instruções sobre literatura infantil* e com o que era o espírito do tempo, vigilante e silenciador de representações supostamente perniciosas e suscetíveis de fomentar medos ou revoltas sociais. Esta atitude paternalista e protetora persiste ainda em muita literatura infantil atual e afasta o seu público da experiência estética de conflitos ou de confronto com um qualquer mal que, finalizada a leitura e por falta de performatividade, se volve benigno. Por isto mesmo, é enorme o potencial formativo, o entusiasmo e o conhecimento de mundo que estas dimensões da recepção literária propiciam.

Recordo o exemplo da perversão “inócua” que atravessa a *História do capuchinho vermelho contada a crianças e nem por isso*, de Manuel António Pina, um conto criado a partir de ilustrações de Paula Rego (Machado, 2020), ou a opinião da romancista Agustina Bessa-Luís (2006, p. 21), numa declaração que aponta justamente para uma literatura bem menos edulcorada: “Todo o conto infantil que exclui o mal é um conto mal-aceite pela criança. Ouve-o com

complacência; lê-o com compostura, mas não o guarda no coração malicioso e valente”. E, a terminar, evoco as sábias palavras do teórico da literatura, Aguiar e Silva (2010, p. 211), censurando a “tentação de ocultar aos jovens e adolescentes, em nome de uma pedagogia catequeticamente optimista, os universos sombrios, trágicos, trágicos, cruéis e perversos da literatura de todos os tempos” e lembrando o seu “efeito catártico, regulador do equilíbrio das paixões e convulsões da alma.”.

Fantasies and didacticisms in Fernanda de Castro's children's work: between monology and dissent

ABSTRACT

At the same time that Fernanda de Castro's children's literature (1900-1994) shows some monology in relation to Portuguese (pre) "Estado Novo" ideology (1933-1974), it also introduces themes that were new for the author's time, such as ecology and the rights of animals. Concerned with the exemplarity of her characters, Fernanda de Castro creates them according to a predominantly feminine educational model, filled with obedience and discipline, and disconnected from concerns about topics like death. In this paper, I analyze the repercussions of didactic concerns on the diegetic matter; the self-censorship and selection exerted in both realistic and fantasy narratives; and, as suggested by Hamida Bosmajian (1974), the obstacles that this kind of censorship can create to the thought process. In other words, my aim is to reflect on the limits placed on the representation of what is supposedly the licit child's imagination; understand what are the main themes; and explore whether the answers to these questions are in line with individual and / or ideological options. At the end, I will be selecting the most elucidating fragments of the way in which fantasy and didacticism dialogue, oppose monology or dissent from doxa. This will be done based on the reading of the author's children's work, on its relationship with her memories and on education texts and legislation.

KEYWORDS: Children's literature. Ideology. Fernanda de Castro. Ecology. Evil.

NOTAS

¹ Nome civil: Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro.

² Com a peça *Náufragos*, recebeu o Prémio do Teatro Nacional D. Maria II (1920), com *Maria da Lua*, o Prémio Ricardo Malheiros (1946), dado pela primeira vez a uma mulher, e com *Poesia I e Poesia II*, o Prémio Nacional de Poesia (1969).

³ Fernanda de Castro (2007, p. 222) recorda como se propunha “suprimir impiedosamente nomes que fizessem lembrar asilos, albergues para a infância desvalida, para crianças abandonadas etc. Depois, não [...] esquecer de fazer bibes claros, alegres, que nem de longe cheirassem a uniforme; proibir os cabelos cortados à escovinha, mas usar a abusar das fitas e fitinhas das tranças e das trancinhas para as meninas e cabelos bem lavados e bem penteados, com a sua risquinha ao lado, para os rapazes.” Cito pela edição das *Obras Completas*.

⁴ V. Castro, 1986 e 1987; Ferro e Ferro, 1999, e Natário, 2009, onde é referida a sua convivência com vultos femininos como as pintoras Vieira da Silva (1908 – 1992) e Maluda (1934 – 1999), a escritora Natália Correia (1923 – 1993) ou a política Maria de Lurdes Pintasilgo (1930 – 2004).

⁵ O seu primeiro livro de contos, *Varinha de Condão* (1924), é escrito em coautoria com Teresa Leitão de Barros. Os contos de sua autoria foram publicados em 1983, com o título *A ilha dos papagaios e outras histórias*, incluindo também as peças de teatro.

⁶ Na edição de 1940, este texto sofre consideráveis alterações, só pontualmente alteradas na edição de 1959. Em *Mariazinha em África, de Fernanda de Castro – Representações coloniais*, Margarida Beirão (2018, p. 61) prova como a revisão do texto decorre de uma adaptação à “missão civilizadora do colonizador, bem expressa no Ato Colonial” de 1930.

⁷ Em edições posteriores, o título passa a ser *Novas Aventuras de Mariazinha* (Lisboa: Edições Ática, 1959).

⁸ Respetivamente em 1986 e 1987, a saber, *Ao Fim da Memória I – Memórias: 1906-1939*, e *Ao Fim da Memória I – Memórias: 1939-1987*.

⁹ *Mariazinha em África*, por exemplo, teve onze edições, exceptuando as obras completas publicadas pelo Círculo de Leitores em 2007.

¹⁰ A biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian possuía em arquivo pequenas fichas com breves resenhas das obras. Em 2010, visitei a página do Rol de livros e guardei as imagens. Infelizmente, em 2021, as hiperligações para estes livros ainda estão desativadas e, conforme informação escrita provida da Biblioteca da Fundação, só no final do confinamento de 2021 poderá haver mais informação sobre uma eventual reativação. Por isto mesmo, em anexo, procedo à transcrição parcial das várias resenhas para que se não perca esta informação, preciosa do ponto de vista da receção da obra de Fernanda de Castro.

¹¹ No *post* do blogue “Portugal, Caramba!” (<http://portugalcaramba.blogspot.com>), de terça-feira, Agosto 07, 2007, lê-se este testemunho antes da transcrição do excerto a que se alude: “Nunca tinha lido nenhuma das *Mariazinhos*, mas, lá por casa, contavam-se episódios, sobretudo os do cozinheiro Vicente, guineense que, no fim do livro, obtém licença para acompanhar a família de volta a Portugal. A cena que melhor recordava, de todas

as que me terão sido contadas, fui achá-la na sequela já europeia das aventuras da Mariazinha”.

¹² V. <http://fernanda-decastro.blogspot.com/2010/06/cecilia-meireles-sobre-fernanda-de.html>.

¹³ Cf. “Os dois pilotos e os remadores eram negros, altos e elegantes, e não metiam medo a ninguém porque riam e cumprimentavam amavelmente toda a gente” (Castro, 2007, p. 20). A edição das obras completas segue a edição revista de *Mariazinha em África*.

¹⁴ “Mariazinha, surpreendida, prometeu a si própria dar-lhe uma escova de dentes, pensando com os seus botões que os negros, muitas vezes, são mais limpos do que muitos brancos...” (Castro, 2007, p. 30).

¹⁵ V., por exemplo, art.ºs 15 e 16 do decreto-lei n.º 18570 de 8 de julho de 1930. De facto, na edição de 1925 a descrição do negro é mais sucinta e seca, sem, todavia, disfarçar o paternalismo: “todos os pretos, muito altos e muito fortes, mas, apesar de serem tão pretos não metiam medo algum” (Castro, 1925, p. 27-28). Cf. n. 13.

¹⁶ As datas de publicação das obras (1924, 1925, 1927, 1932, 1963 e 1969) não permitem, todavia, a identificação de uma monologia ideológica, pois algumas são anteriores à mudança de regime. Verifica-se, todavia, uma afinidade inequívoca com a mentalidade que o Estado Novo impôs.

¹⁷ Nomeadamente, o “Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho – para recompensar anualmente a melhor e mais saudável obra literária infantil” (Raimundo, 2015).

¹⁸ Em *Novas aventuras de Mariazinha*, a sedução pelas histórias que se contam no ambiente familiar favorece a integração desta “História do rei mau e da princesa boa” ou da “História das três moedas”, contadas por Guilhermina, a “criada” protetora (Castro, 2007, p. 68-172), ou ainda da “história do caçador e da pantera”, narrada pela mãe das crianças (Castro, 2007, p. 115-117).

¹⁹ A Fada Violeta, por exemplo, tenta melhorar a sorte das desgraçadas bruxinhas: “(...) não é com gritos que podes melhorar a sorte das tuas filhas... Olha para elas... Sujas, despenteadas, descalças, com os vestidos esfarrapados” (Castro, 2007, p. 32). Do mesmo modo, os Reis dos Sete Castelos, “que só ligavam importância às pessoas ricas e bem vestidas” redimem-se deste defeito quando a Rainha, depois de ver “passar na estrada uma pobre mulher com um menino ao colo e com mais dois, rotos e descalços”, percebe a injustiça e ordena que todas as mães pobres recebam “uma bolsa com dinheiro e um saco com roupas e calçado” (Castro, 2007, p. 8-9).

²⁰ Cf.: “Vai, pombo, meu amigo, minha única esperança... Vai e que Deus te acompanhe...”; (Castro, 2007, p. 56); “Trazei a Rainha e as Damas e que Deus nos ajude e nos acompanhe” (Castro, 2007, p. 67).

²¹ A caracterização da bruxa é um bom exemplo da domesticação do mal: quando a Fada Violeta tenta “domesticar” a vida desordenada das filhas da bruxa-mor, esta expulsa-a, mas a sua vassoura não tem poder para lhe fazer mal (Castro, 2007, p. 31). Mas já antes, a propósito da malvadez do Rei Trovão, depois de se mencionar o seu mau génio, a sua raiva e violência, atenua-se o perfil da personagem alegando o posterior arrependimento e o diagnóstico dos astrólogos que

consideravam que o seu comportamento era uma “doença de alma” (Castro, 2007, p. 11).

²² Em relação à obra *A princesa dos sete castelos*, a ficha da biblioteca Gulbenkian apenas regista uma apreciação descritiva (v. Anexo).

REFERÊNCIAS

AMADO, Leopoldo. “A Literatura Colonial Guineense” **Revista ICALP**, n.ºs 20/21, 160-178, 1990.

BASTOS, Glória. "O novo fio de Ariadne. Literatura para crianças e jovens em fim de século". *Discursos: língua, cultura e sociedade: colóquio literatura e fim de século*. Direção Maria José Ferro **Discursos: língua, cultura e sociedade: colóquio literatura e fim de século**. Universidade Aberta. Fev. 2002, S. 3, n.º especial, 2002. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4345/1/GI%C3%B3ria%20Bastos.pdf>. Acesso em 29 jan. 2021.

BEIRÃO, Margarida Isabel Melo. **Mariazinha em África, de Fernanda de Castro: Representações coloniais**. Universidade de Aveiro, 2018.

BESSA-LUÍS, Agustina. O Chapelinho Vermelho. *In: Contado às crianças. XVII Encontro de literatura para crianças*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p. 19-21.

BOSMAJIAN, H. A. **The language of oppression**. Washington: Public Affairs Press, 1974.

CASTRO, Fernanda de e Teresa Leitão de Barros. **Varinha de condão**. Capa de Maria Roque Gameiro e il. de Elsa Althousse, Cottinelli Telmo, Rocha Vieira, Raquel Roque Gameiro, Stuart Carvalhais e Martins Barat. F. Castro, [S.l.: s.n.] 1924.

Mariazinha em África, Il. de Sarah Afonso, Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.

Aventuras de Mariazinha, Il. de Sarah Afonso, [S.l. : s.n.], 1935.

O tesouro da casa amarela, Il. de Sarah Affonso. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932.

Novas aventuras de Mariazinha, Il. de Viviane. Lisboa: Edições Ática, 1959.

A princesa dos sete castelos. Lisboa: [s.n.], 1963.

Fim-de-semana na Gorongosa. Lisboa: [s.n.], 1969.

A ilha dos papagaios e outras histórias. Capa e il. de Fernando Bento Lisboa: Editorial Verbo., 1983.

Ao fim da memória I: memórias: 1906-1939. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

Ao fim da memória I: memórias: 1939-1987. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

Obras completas. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2007.

CORTÊS, Maria Teresa. Estrangeiros e portugueses, Identidades e patriotismos na literatura para crianças dos anos 30 e 40 – a exemplo de Virgínia de Castro e Almeida e de Fernanda de Castro. *In*: FRAGOSO Gabriela e Maria Teresa Cortês (ed.). **Literatura para a infância: infância na literatura**. Universidade Católica Editora, 2013. p. 43-55.

DECRETO: lei n.º 18570 de 8 de julho de 1930.

FERRO Mafalda e Rita Ferro. **Retrato de uma família**. Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

FUNDAÇÃO António Quadros. Disponível em <http://www.fundacaoantonioquadros.pt/>. Acesso em 29 jan. 2021.

HARRISON, Barbara. ‘How like the Wolves’, **Children’s literature**, v. 15, (1987) p. 67–90.

HUNT, Peter. **An introduction to children’s literature**. Oxford-New York: Oxford University Press, 1994.

LEWIS, C. S. **Of other worlds: essays and stories**. San Diego – New York – London: A Harvest Book – Harcourt, Inc., 1966.

MACHADO, Ana Maria. “Literatura infantil e educação literária”. Ana Paula Franco Nobile Brandileone e Vanderléia da Silva Oliveira (Orgs.). **Literatura e língua portuguesa na educação básica: ensino e mediações formativas**. Campinas: Ponte. 2020. p. 33-54.

MARTINS, Ana Maria Silva Santos. **Os livros para crianças e jovens de Maria Lamas**. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.

NATÁRIO Anabela. **Portuguesas com história: séc. XX**. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

Portugal, Caramba! Disponível em <http://portugalcaramba.blogspot.com> . Acesso em 29 jan. 2021.

PINA, Manuel António (2005). **História do capuchinho vermelho contada a crianças e nem por isso**, Il. de Paula Rego. Porto: Fundação de Serralves.

RAIMUNDO, Orlando. **António Ferro o inventor do salazarismo**. Alfragide: Dom Quixote, 2015.

SILVA, Vítor Aguiar e Silva. (2010) “Teses sobre o ensino do texto literário na aula de Português” (1998-1999). As humanidades e os estudos culturais. **O ensino da literatura e a política da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina. p. 207-216. [1998-1999]

Recebido: 15 fev. 2021

Aprovado: 22 mar. 2021

DOI: 10.3895/rl.v23n40.13836

Como citar: MACHADO, Ana Maria e Silva. Fantasias e didatismos na obra infantil de Fernanda de Castro: entre a monologia e a dissidência. *R. Letras*, Curitiba, v. 23, n. 40 p. 65-83, mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>. Acesso em: XXX.

Direito autorial: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.



ANEXO

As fichas têm estruturas diferentes, pelo que nem todos os campos se apresentam igualmente preenchidos. Nalgumas fichas indica-se o preço (30\$00 e 35\$00, a moeda em vigor no país até 2001) e o número de exemplares (1000).

[1924]

CASTRO, Fernanda de e Barros, Teresa Leitão de

Varinha de Condão

19/3/73

Recenseador – Natércia Freire

Género – contos para crianças

Valor – B. e m. bom

Intenção – Moral e Pedagógica

Acessibilidade – Fácil

Idade leitores – +7

Meio para que é recomendável – qualquer

Muito Recomendável

Recomendável

Aceitável

Não aceitável

0 Generalidades

1 Filosofia

2 Religião. Teologia

3 Ciências sociais

4 Filologia. Linguística

5 Ciências puras

6 Ciências aplicadas

7 Belas-Artes. Desporto

8 Literatura

9 Geografia. Biografia. História

Palavra ordenadora (ou palavras) ou conceito: Fantasia Coragem Amor

Assunto e outras observações – Constituído por nove contos, “O Príncipe Sol”, “O Anão do Cachimbo Mágico”, “A Ilha dos Papagaios”, “O José das Lérias”, “O Príncipe dos Borzeguins de Ouro”, “Negra-Flor”, “Pe<sup>sic>tala de Rosa”, “O Pinto Calçado” e “A Semente de Ouro” <sup>sic> este livro, “A Varinha Mágica”, de Fernanda de Castro e Teresa Leitão de Barros é muito recomendável para as nossas Bibliotecas.

[1925]

Mariazinha em África

26/1/60

Recenseador – Miranda Mendes

Género – Romance infantil

Valor – É um livro de F. de Castro

Intenção – recreativa. Instrutiva, moralizante

Acessibilidade – Fácil

Idade leitores –?

Meio para que é recomendável – Qualquer meio

Muito Recomendável

Recomendável

Aceitável

Não aceitável

Assunto e outras observações – Romance infantil muito bem escrito e conduzido, com grande interesse para as crianças. Do pouco de real merecimento que se tem escrito para informar e despertar interesse pelas coisas do ultramar. Repassado de ternura humana e de amor pelos animais. Belas ilustrações de Ofélia Marques.

[1959]

CASTRO (Fernanda de)

Novas Aventuras de Mariazinha

8/2/60

Recensador – Domingos Monteiro

Categoria – Romance para crianças

Valor – Bom

Intenção – Recreativa e cultural

Acessibilidade – Fácil

Idade – 6 - 12 Editora: Ática

Idade leitores – Mais de 10 anos

Meio que é recomendável – Para todos

Muito Recomendável

Recomendável

Aceitável

Não aceitável

Assunto e outras observações – História duma família com muitas crianças que vivem num quarto, onde se contam várias peripécias engraçadas, com pretexto para a difusão de certos conhecimentos de ordem educativa e moral.

[1963]

CASTRO, Fernanda de

A princesa dos sete castelos

19/11/62

Recensador – Patrícia Joyce

Assunto e outras observações – Com um tema antigo e batido, o dos reis que se esquecem de convidar para o baptis<sic>ado da princesinha, escreveu Fernanda de Castro uma história nova, cheia de vivacidade e de peripécias engraçadas e sabendo omitir tudo quanto possa amedrontar as crianças. É uma história perfeitamente dentro dos moldes que aqui têm sido preconizados

[1969]

CASTRO (Fernanda de)

Maria da Lua

Tavares Martins
Recenseador – Domingos Monteiro

Género – Romance
Valor – B.
Intenção – Recreativa
Acessibilidade – Fácil
Idade leitores – Mais de 15 anos
Meio para que é recomendável

Muito Recomendável
Recomendável

Aceitável

Não aceitável

Assunto e outras observações – Vida de uma família desadaptada ao meio ambiente.

Obs. – Estilo muito bom e entrecabo simples e bem conduzido. Qualidades de observação excepcionais.

[1969]

Fim-de-semana na Gorongosa

14/7/69

Categoria – Literatura – Romance Idade: 13 - 17

Género – romance de aventuras

Valor – mto bom

Intenção – recreativo

Acessibilidade – fácil

Idade leitores – 11+

Meio para que é recomendável – qualquer

Muito Recomendável

Recomendável

Aceitável

Não aceitável

0 Generalidades

1 Filosofia

2 Religião. Teologia

3 Ciências sociais

4 Filologia. Linguística

5 Ciências puras

6 Ciências aplicadas

7 Belas-Artes. Desporto

8 Literatura

9 Geografia. Biografia. História

Palavra ordenadora (ou palavras) ou conceito: Romance – Aventuras Crianças e Adolescentes O Parque da Gorongosa

Assunto e outras observações – Um grupo de crianças tem a sorte de ir passar um fim de semana na Gorongosa. Aí tomam conhecimento de que vários animais tinham aparecido mortos e despojados, os elefantes das suas presas, e os leopardos e crocodilos, das suas peles, o que trazia preocupado o director da Reserva. Uma série de estranhas coincidências chama a atenção das crianças que, de dedução em dedução, acabam por descobrir os criminosos. Reduzido assim à sua expressão mais simples, este romance passaria por mais um romance do género policial em voga. Mas a acção situa-se nesse famoso Parque da Gorongosa que, descrito como é, na linguagem viva e convincente da Autora, se torna o verdadeiro protagonista da história. E será o seu fascínio que perdurará no espírito do jovem leitor, fazendo-o sonhar com a possibilidade dessa e doutras viagens maravilhosas. Pelo seu interesse, esta obra é “muito recomendável” para crianças, a partir de 11 anos, e para adolescentes.

[1983]

CASTRO, Fernanda de

A ilha dos papagaios e outras histórias

Recenseador – Guilherme Castilho

3/5/83

Valor: Bom

Idade: 8-11

Meio para que é recomendável: Todos

Muito Recomendável

Recomendável

Aceitável

Não aceitável

0 Generalidades

1 Filosofia

2 Religião. Teologia

3 Ciências sociais

4 Filologia. Linguística

5 Ciências puras

6 Ciências aplicadas

7 Belas-Artes. Desporto

8 Literatura

9 Geografia. Biografia. História

Assunto e outras observações - Fernanda de Castro é um nome feito na nossa literatura infantil e este pequeno livro no-lo diria se o não soubéssemos. Escrito numa linguagem corrente, simples, firme, sem embaraços, sem frases rebuscadas à procura de efeito, seria só por isso um livro recomendável para crianças nos primeiros contactos com a dificuldade da linguagem escrita. Mas não há apenas isto. Há a imaginação “natural”, sem artifícios ou exageros, a imaginação-quase-verdade, tão do agrado das crianças. Concebido num estilo a que chamaremos “clássico” em relação à maneira de narrar actual, parece, no entanto, capaz de agradar aos meninos de ontem. As ilustrações de Fernando Bento, embora a preto e branco e em estilo a que também poderíamos chamar de “clássico”, são bastante bem executadas e absolutamente fie<sic>is ao texto, o que nem sempre acontece em outros casos.